

# Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República

## *Agripino Nazareth and the workers' movement in the First Republic*

Aldrin Armstrong Silva Castellucci\*

### RESUMO

Agripino Nazareth (1886-1961) se destacou como liderança socialista do movimento operário brasileiro ao longo da Primeira República. Depois de 1930, passou a integrar os quadros do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho, aposentando-se como Procurador do Trabalho no início de 1960 e falecendo no dia 1º de agosto de 1961. Neste artigo, analisaremos o primeiro momento de sua trajetória, quando se associou a outros militantes das mais variadas correntes político-ideológicas, envolvendo-se em movimentos de diversos matizes e assumindo diferentes compromissos.

Palavras-chave: sindicalismo; socialismo; comunismo.

### ABSTRACT

Agripino Nazareth (1886-1961) stood out as a socialist leader in the Brazilian workers movement during the First Republic. After 1930 he started working in the Ministry of Labor and the Labor Court. He retired as a Labor Prosecutor in the beginning of 1960 and died on 1 August 1961. In this article, we will analyze the first part of his trajectory, in which he joined with other militants from various political and ideological groups, and became involved in several types of movements and made a variety of commitments.

Keywords: trade unionism; socialism; communism.

### A FORMAÇÃO DE UM INTELECTUAL ENGAJADO

Agripino Nazareth nasceu em Salvador no dia 24 de fevereiro de 1886, mas iniciou seus estudos superiores na então Faculdade de Direito do Recife, cidade onde morou com seus familiares de 1902 a 1907. Na capital pernambuco

---

\* Universidade do Estado da Bahia. Colegiado de História, Departamento de Educação. Campus II. Rodovia Alagoinhas-Salvador, BR 110, km 3. 48040-210 Alagoinhas – BA – Brasil. aldrin.castellucci@hotmail.com

cana o estudante Agripino teve seus primeiros contatos com as ideias sociais e iniciou seu envolvimento com a grande política. Entre maio de 1905 e maio de 1906, integrou uma comissão de acadêmicos da Faculdade de Direito, formada com o objetivo de convencer seus colegas da Escola de Farmácia a aderirem à candidatura do senador Lauro Sodré à Presidência da República. Foi na capital pernambucana também que ele iniciou sua militância política na imprensa, escrevendo para o jornal *A Província*. O antigo órgão do Partido Liberal havia começado a circular em 1872, e nele Joaquim Nabuco escreveu seus artigos em defesa da abolição da escravidão, no final do Império, e Dantas Barreto combateu a oligarquia chefiada por Rosa e Silva, sob a República. Em 1907, Agripino matriculou-se na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, instituição na qual finalizou o 4º ano do curso em março de 1908. Sua formação, porém, foi concluída na Faculdade de Direito de São Paulo, no largo de São Francisco, onde obteve o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais no dia 11 de dezembro de 1909.<sup>1</sup>

Sua família, porém, continuou a morar em Pernambuco. Ele era filho de Maria Bernardina Nazareth e Antonio Agripino Nazareth, oficial de carreira do Exército Brasileiro que serviu em unidades militares da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Amazonas entre 1894 e 1906. Antonio Agripino Nazareth chegou a ser promovido de tenente a capitão, sendo condecorado em 1906 com uma medalha de ouro por contar mais de 30 anos de bons serviços ao país. Talvez isso explique a facilidade com a qual seu filho transitou por certos meios militares anos mais tarde. Além disso, mesmo depois da morte de seu esposo, Maria Bernardina Nazareth manteve sua residência em Recife, e Agripino fez visitas a ela e a seus antigos contatos políticos junto ao *Correio do Norte* e ao general Dantas Barreto (1850-1931).<sup>2</sup>

A primeira atividade profissional exercida por Agripino Nazareth parece ter sido conseguida pelo jornalista Pedro Avelino, em 1910, depois de ser nomeado prefeito do Alto Juruá, no Acre. O político potiguar nomeou Agripino delegado de polícia do Tarauacá, uma região que ainda não havia sido desmembrada do Juruá. Agripino, então com 23 anos de idade, teria recebido “plenos poderes” de seu “ilustre e querido amigo” não apenas para “resolver assuntos da alçada policial, mas todos que fossem de competência exclusiva do prefeito”.<sup>3</sup>

Mas a partir de 1912 o jornalismo político voltou ao centro de sua vida, já que ele assumiu o cargo de redator-chefe de *A Época*, um diário publicado no Rio de Janeiro sob a direção inicial do advogado monarquista Vicente de

Ouro Preto, de J. B. da Câmara Canto e de Vicente Piragibe. Foi nesse periódico que ele se envolveu na campanha em apoio à candidatura de Vicente Piragibe a deputado federal pelo segundo distrito da cidade do Rio de Janeiro e em um vigoroso combate às oligarquias dominantes do Nordeste do Brasil, com ataques dirigidos ao senador gaúcho Pinheiro Machado e ao presidente Wenceslau Braz. Não faltavam elogios ao senador paraense Lauro Sodré, ao capitão do Exército José da Penha, eleito deputado estadual do Ceará em 1913, e a Pedro Avelino, liderança da campanha contra o governador do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, candidato a deputado federal potiguar em 1914. No Ceará os conflitos foram sangrentos e terminaram com o assassinato do capitão José da Penha por “jagunços inconscientes, armados e insuflados pelo governo federal para servir à politicagem ladravaz e cínica dos Accioly’s”. Esse fato teria ocorrido depois de o deputado José da Penha ter “destruçado os fanáticos do padre Cícero”, apontado por Agripino como “um salafório de batina”, representante de Pinheiro Machado e do PRC (Partido Republicano Conservador) no Ceará. Nesse tempo, além da atividade jornalística, Agripino trabalhou como professor na Escola Livre de Direito, Farmácia e Odontologia do Rio de Janeiro, localizada na rua da Alfândega.<sup>4</sup>

## A AGITAÇÃO OPERÁRIA NO RIO DE JANEIRO DA DÉCADA DE 1910

Foi no contexto das conflituosas eleições estaduais e federais de julho de 1914 e dezembro de 1915 que ocorreu uma das primeiras grandes aparições públicas de Agripino Nazareth, pois ele tomou parte em uma tentativa de sublevação de praças e sargentos do Exército, da Marinha de Guerra, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros da então Capital Federal com o objetivo declarado de depor o presidente Wenceslau Braz (1868-1966) e instaurar uma República Parlamentar no Brasil. O novo governo seria chefiado por Dantas Barreto, então presidente do estado de Pernambuco. Entre os vários envolvidos no movimento, destacavam-se vários indivíduos engajados no jogo político da Primeira República, como o coronel reformado do Exército Barbosa Lima, os advogados e deputados cariocas Maurício de Lacerda (1888-1959) e Vicente Piragibe (1879-1959), o médico e também parlamentar do Rio de Janeiro Maurício de Medeiros (1885-1966) e os deputados federalistas gaúchos Pedro Moacyr e Raphael Cabeda (1857-1922). Por fim, entre os conspiradores estavam ainda o jornalista José Georgino Avelino (1888-1959), editor do *Rio-Jornal* e

filho do publicista potiguar Pedro Avelino, e Caio Monteiro de Barros, membro fundador do Partido Socialista Radical de 1911 e, em 1920, um dos advogados – ao lado de Evaristo de Moraes e Jerônimo de Carvalho – de João Cândido e de outros marujos envolvidos na Revolta dos Marinheiros de 1910.<sup>5</sup>

Setores importantes da classe operária foram mobilizados, incluindo os estivadores e os trabalhadores da Light. Inúmeras reuniões preparatórias foram feitas em diversas localidades, a exemplo de Irajá, Penha, Morro da Pena, Jacarepaguá e Botafogo, em barcas da Companhia Cantareira, na Estação Madureira e nos próprios quartéis. Os conspiradores usaram também a redação do jornal *A Época*, do qual Agripino Nazareth era redator-chefe, sua própria casa, em São Cristóvão, e a residência de Sebastião de Lacerda, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e pai de Maurício de Lacerda, que morava em Vassouras.

Inicialmente prevista para o dia 24 de dezembro de 1915, a revolta teve de ser antecipada para o dia 18, pois circulou a notícia de que generais e comandantes de corpos preparavam manobras militares, o que despertou a desconfiança, entre as lideranças, de que o governo descobrira a conspiração. A defesa da antecipação teria sido feita por Agripino Nazareth, que orientou as tropas da Vila Militar a rumarem em direção à cidade à meia-noite daquele dia. Além disso, cada fortaleza militar faria três disparos como sinal previamente convencionado para desencadear o movimento. Ao mesmo tempo, o 56º Batalhão de Caçadores marcharia em direção ao Palácio do Catete e prenderia o presidente da República, e o 52º Batalhão de Caçadores iria até o Quartel General para aclamar Maurício de Lacerda presidente da República Parlamentar até a chegada do general Dantas Barreto. O plano teria sequência com o 3º Regimento de Infantaria assumindo o controle do Arsenal de Marinha e dos Telégrafos. Caso houvesse resistência no antigo Arsenal de Guerra, esta seria quebrada com o envio de outras tropas e com seu bombardeio pelas fortalezas.

Finalmente, os comandos militares seriam entregues aos sargentos Severino da Costa Villar, Octaviano José Cardoso, Arthur Leite de Castro e Celso Silva. Wenceslau Braz seria obrigado a telegrafar aos governantes dos estados comunicando sua deposição e a proclamação da República Parlamentar no Brasil. Porém, o complô foi descoberto e sufocado antes que todas as ações previstas pudessem ser colocadas em prática, e os militares envolvidos expulsos de suas respectivas corporações.<sup>6</sup>

Os civis que tomaram parte da conspiração parecem ter continuado a desempenhar os mesmos ofícios e as mesmas atividades ligadas ao jornalismo político de antes do movimento. Tanto que, em 1917, o agitado ano das greves gerais que eclodiram de norte a sul do Brasil, Agripino Nazareth aliou-se aos jornalistas libertários Adolpho Porto e Astrojildo Pereira (1890-1965), futuro fundador do PCB, ao médico baiano Fábio Luz (1864-1938), que transitou da propaganda abolicionista e republicana em sua terra natal para o anarquismo no Rio, ao escritor Lima Barreto (1881-1922) e novamente ao deputado Maurício de Lacerda para defender a Revolução Russa das calúnias da grande imprensa por meio do jornal carioca *O Debate*.<sup>7</sup>

Em novembro de 1918, Agripino se envolveu em mais uma conspiração no Rio de Janeiro, juntando-se a vários líderes libertários, a exemplo do professor José Oiticica (1882-1957) e do jornalista Astrojildo Pereira, além do espanhol Manuel Campos, do gráfico Carlos Dias, do médico Álvaro Palmeira (1889-1992), de José Elias da Silva e de João da Costa Pimenta, com o propósito de instaurar uma República de Operários e Soldados no Brasil. A chamada “Insurreição Anarquista de 1918” contou com a adesão dos operários têxteis, metalúrgicos e da construção, que deflagraram greves, mas o movimento havia sido infiltrado pelo tenente Jorge Elias Ajus e foi desbaratado pelas forças governamentais em seu nascedouro. A polícia realizou centenas de prisões e deportações, além do fechamento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, da União Geral dos Metalúrgicos e da União Geral da Construção Civil.<sup>8</sup>

Agripino Nazareth testemunhou que, em função da “inabilidade da polícia”, ainda permaneceu no Rio de Janeiro, escrevendo para o periódico *A.B.C.*, até janeiro de 1919, quando foi *pronunciado*. De fato, o exame da coleção do referido semanário demonstrou que nosso personagem escreveu ao menos dez artigos assinados entre 30 de novembro de 1918 e 8 de fevereiro de 1919.<sup>9</sup>

Nesse período, quando Agripino Nazareth parece ter flertado com o anarquismo, outros militantes libertários ou simpatizantes do ideário ácrata colaboravam com o mesmo semanário, a exemplo do jornalista Astrojildo Pereira e do escritor Lima Barreto, que publicou notícias sobre seu internamento no Hospital Central em fins de novembro de 1918 e sátiras à corrupção e à ignorância das elites brasileiras. Outros articulistas do *A.B.C.* estavam muito distantes do anarquismo, a exemplo do advogado-deputado Nicanor do Nascimento (1871-1948) e do escritor-diplomata Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), conhecido por suas opiniões contrárias à imigração japonesa para o Brasil em

função da suposta inferioridade racial nipônica, e por sua germanofilia e defesa da neutralidade brasileira em face da Primeira Guerra Mundial. Oliveira Lima escreveu ao menos quatro artigos sobre a Revolução Russa.

A partir de janeiro ou fevereiro de 1919, para não ser tragado pela escalada repressiva que se seguiu ao levante de novembro de 1918, Agripino refugiou-se no interior e depois na capital do Espírito Santo usando nome falso. Em seguida, partiu para Salvador, disposto, segundo disse, a exilar-se na Europa, caso as circunstâncias o exigissem. Em meados de 1919, em sua terra natal, Agripino tratou os acontecimentos de novembro de 1918 no Rio de Janeiro como um ‘movimento grevista’ e não uma insurreição que teria fracassado. Segundo sua versão, os trabalhadores cariocas faziam um ‘comício’ no Campo de São Cristóvão, quando foram surpreendidos por uma violenta ação policial. Os policiais teriam recebido ordens do chefe de polícia Aurelino Leal, vulgo Trepoff, para dispersar os operários à bala. Em resposta, os operários fizeram “uso pleno do direito de defesa” em face da repressão desencadeada contra “a livre manifestação das suas ideias e o livre pugnar pelos seus direitos”, contando com a “solidariedade moral e material” de nosso personagem.<sup>10</sup>

## OS SUCESSOS DA CLASSE OPERÁRIA NA BAHIA

Na Bahia, Agripino Nazareth exerceu uma proeminente liderança sobre a classe operária entre 1919 e 1921. Em junho de 1919, quando se autoprotoclamava *socialista coletivista*,<sup>11</sup> Agripino liderou milhares de operários na primeira greve geral da Bahia. O movimento vitorioso foi largamente beneficiado pelo ciclo de prosperidade econômica iniciado depois da Primeira Guerra Mundial, pela histórica divisão das elites políticas da Bahia na Primeira República, que atingiu o auge na sucessão governamental estadual e federal de 1919, e pelo forte processo de organização sindical e política ensejado pela classe operária na década de 1910. A greve geral teve início em uma segunda-feira, dia 2 de junho, após uma conferência proferida por Agripino Nazareth, no dia anterior, na sede do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC). A paralisação foi iniciada pelos operários da construção civil, mas em 2 dias ela já havia se alastrado e atingido todas as oficinas, manufaturas e fábricas, o porto, os transportes urbanos, ferroviários e marítimos, as usinas de produção de energia e iluminação pública e a telefonia de Salvador. O comércio foi obrigado a fechar as portas, supostamente em função das ameaças

de saques insuflados pelo governo estadual. Um Comitê Central de Greve (CCG) foi criado sob a orientação de Agripino, que também redigiu e entregou ao governo e aos patrões um *Memorial* contendo as razões da greve geral e as reivindicações dos grevistas, que incluíam a clássica bandeira de jornada de trabalho de 8 horas, aumento salarial, abolição do trabalho infantil, isonomia salarial entre homens e mulheres que exercessem as mesmas funções e respeito ao direito de greve e de organização sindical. Dezenas de sindicatos operários tomaram parte do movimento, a maior parte deles fundados ao longo da década de 1910, e outros foram criados durante e após a greve geral. De sorte que, em 9 de junho, o Centro Industrial do Algodão, a entidade que congregava os industriais têxteis, o mais importante setor manufatureiro da época, capitulou e divulgou um boletim no qual informava que cedia em todas as pretensões dos milhares de operários empregados em suas fábricas. Novos acordos se seguiram, de modo que no dia 10 de junho de 1919 a cidade começou a voltar ao normal com a vitória dos trabalhadores, a expansão numérica e o fortalecimento político das organizações sindicais e a projeção de novas lideranças operárias. Em julho e setembro de 1919, novas greves com a mesma pauta foram feitas em várias cidades do Recôncavo e nas fábricas têxteis da capital baiana, respectivamente com o objetivo de estender e preservar as conquistas de junho.<sup>12</sup>

Agripino Nazareth foi o dirigente, também, do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, realizado entre 14 e 20 de julho de 1919, reunindo 26 delegados de dez sindicatos. A fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos (FTB), em 13 de fevereiro de 1920, foi seu desdobramento mais significativo. Em julho de 1920, a FTB já agrupava 16 sindicatos e mais de 25 mil trabalhadores. Além disso, a revista *Germinal*, editada por Agripino entre março e maio de 1920, repercutia a atuação da FTB junto ao operariado. Suas colunas estão cheias de alusões às vitórias que a classe operária conseguiu após a fundação do SPCDC e à greve geral, que teve naquela entidade sua vanguarda. O proletariado baiano aparecia imbuído de uma nova mentalidade e consciência de classe, disposto a lutar pela fundação de novos sindicatos e contra a exploração dos patrões. Além disso, o jornal recebia colaborações de militantes de outros estados, como Adolpho Porto e Astrojildo Pereira, velhos conhecidos de Agripino do tempo em que ele atuou no Rio de Janeiro na década de 1910. Esses ativistas davam informações sobre a situação do movimento operário em outras regiões do país, alimentando e incentivando a luta dos trabalhadores baianos. Por fim, *Germinal* procurava dar conta de analisar as batalhas da

classe operária baiana naquele momento. Não resta dúvida de que essas são poderosas evidências da força dos socialistas no movimento operário baiano. Mas, em setembro de 1919, o SPCDC, que havia sido o protagonista da greve geral de junho de 1919 e era a principal entidade da FTB, rompeu com ela e com o *sindicalismo reformista*, aderiu ao *sindicalismo revolucionário* e passou a publicar o combativo jornal *A Voz do Trabalhador*, que circulou até pelo menos dezembro de 1922.<sup>13</sup> Significativamente, o semanário libertário baiano era homônimo do que a Confederação Operária Brasileira (COB) publicara no Rio de Janeiro entre 1908 e 1915.<sup>14</sup>

Porém, a cisão no flanco esquerdo não significou o desaparecimento dos praticantes do reformismo nos moldes da Segunda Internacional. Tanto que, em agosto de 1920, Agripino fundou o Partido Socialista Baiano (PSB), contando com sólida base operária. O PSB chegou a lançar, sem sucesso, os nomes de Maurício de Lacerda ao Senado e do próprio Agripino Nazareth à Câmara dos Deputados Federais. A inserção do PSB nos meios operários pode ser percebida também pela penetração e o prestígio que seus membros desfrutavam nos sindicatos mais combativos da época. Esse era o caso de José dos Santos Gomes, Guilherme Francisco Nery e José Domiense da Silva, fundadores e militantes ativos do SPCDC desde 1919. Cabe destacar também o nome do português Annibal Lopes Pinho, que representou a FTB e seus 14 sindicatos filiados no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro, em abril de 1920. A sede do PSB foi instalada no Sindicato dos Marceneiros, e em seu programa político, relativamente avançado para a época, constavam os seguintes pontos: socialização do comércio, das grandes indústrias e de todos os meios de transporte; fixação do salário mínimo; equiparação dos operários municipais, estaduais e federais aos funcionários públicos; abolição de todos os impostos indiretos e transformação dos diretos num imposto progressivo sobre qualquer renda superior a 6 contos de réis anuais; direito de voto para as mulheres e os soldados, e reforma das leis de inquilinato e despejo. Além disso, foram aprovadas moções de simpatia pelos trabalhadores de todos os países e de protesto contra o governo da França e sua postura hostil em relação à Rússia revolucionária.<sup>15</sup>

A conjuntura de agitações operárias na Bahia sofreu um corte em janeiro de 1921, após o fracasso das greves dos operários têxteis da Fábrica Paraguaçu, pertencente à Companhia Progresso Industrial da Bahia, e dos carregadores das docas. No dia 27 de janeiro de 1921, sob o argumento de que várias bombas de dinamite haviam sido descobertas espalhadas pela cidade e que tenta-

tivas de incendiar bondes foram frustradas, a polícia desencadeou uma onda de repressão contra o movimento operário. As notícias da greve dos têxteis desapareceram dos jornais e o líder socialista Agripino Nazareth foi preso sob a acusação de desacato à autoridade do delegado Pedro Gordilho, que o encaminhou, sob forte aparato policial, à Casa de Correção em regime de incomunicabilidade. Em seguida, o então candidato socialista a deputado federal foi transportado, em “carro forte”, para o “hospital de bexigentos de São Lázaro”, “onde permaneceu por dois dias num cubículo infeccionado, sem ar e sem luz, com duas sentinelas embaladas à porta”. Os estivadores e fogueiros declararam solidariedade ao movimento dos carregadores e dos operários têxteis. Alguns jornais publicaram a notícia de que os trabalhadores temiam pela vida de Agripino Nazareth sob a custódia da polícia e planejavam desencadear uma nova greve geral, caso o “advogado dos operários” não fosse libertado. O operário marceneiro José Domiense da Silva, Secretário Geral da FTB, tentou uma audiência com o governador José Joaquim Seabra para tentar convencê-lo a mandar soltar Agripino Nazareth, mas Seabra mandou prendê-lo também. Ao mesmo tempo, a luta entre o sindicato dos carregadores e a Companhia das Docas teve continuidade, momento em que esta última começou a anunciar que contrataria fura-greves para substituir os operários que haviam aderido ao movimento.

No dia 28 de janeiro de 1921, de modo clandestino e em perfeita sintonia com o momento de refluxo do movimento operário e de ampliação da escalada repressiva do Estado em nível nacional, Agripino Nazareth foi deportado pela polícia baiana. Embarcado no paquete *Manaus* pela polícia do porto, deveria seguir para o Amazonas ou o Mato Grosso, tendo sido avisadas as autoridades policiais de vários estados para não permitir o seu desembarque em nenhum outro porto. Ao mesmo tempo, usando os carregadores dos trapiches como fura-greves, os patrões conseguiram enfraquecer e derrotar os carregadores das docas, levando a greve ao fracasso.

De todo modo, a rota de Agripino Nazareth foi alterada e ele desembarcou no Rio de Janeiro, acusando Seabra de corrupção e declarando que voltaria à Bahia para pleitear sua eleição à cadeira de deputado federal pelo PSB. Em princípios de fevereiro de 1921, o jornal libertário baiano *A Voz do Trabalhador* chegou a anunciar que Agripino teria informado que requereria uma ordem de *habeas corpus* ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas não conseguimos apurar o resultado de tal iniciativa.<sup>16</sup>

## OS CONFLITOS ENTRE COMUNISTAS E SOCIALISTAS NOS ANOS 1920

De volta à Capital da República, Agripino Nazareth somou-se a figuras como Evaristo de Moraes, Nicanor do Nascimento, Maurício de Lacerda, Evarardo Dias, Joaquim Pimenta e Afonso Schmidt para, em meados de 1921, fundar o *Grupo Clarté* brasileiro, a Internacional do Pensamento, criada para defender a Revolução Russa das calúnias feitas pela grande imprensa.<sup>17</sup> Em carta datada de março de 1921, publicada no semanário *A.B.C.*, Agripino Nazareth já havia se associado a outros cinco militantes e enviado uma declaração de adesão política dos “operários intelectuais e estudantes brasileiros aos seus camaradas franceses”. Todavia, a *Clarté* brasileira já nascia sob o veto de Astrojildo Pereira, um dos mais importantes intelectuais de esquerda da época. Ao ser convidado para a empreitada por Luiz Palmeira, ele recusou o convite e alegou que a iniciativa brasileira estava em desacordo com os estatutos da organização sediada em Paris, que previam a solicitação prévia para a fundação de seções em cada país. Além disso, alguns dos fundadores da “pretensa *Clarté* brasileira” não tinham “idoneidade moral e política para tal cometimento”. Entre os membros impugnados nas páginas do semanário *Hoje* estava o advogado Nicanor do Nascimento, reputado como ‘político burguês’ e oportunista.<sup>18</sup>

As conexões internacionais dos socialistas brasileiros do período podem ser vistas, ainda, pelos contatos que Agripino Nazareth estabeleceu, em nome do Partido Socialista Baiano, com o dr. Alfredo Spenetto, presidente do Conselho Deliberativo de Buenos Aires e “membro prestigioso do Partido Socialista Argentino”. No encontro, realizado no Palace Hotel do Rio de Janeiro com o apoio do *Rio-Jornal*, Agripino chegou a declarar ao líder socialista argentino e a seu companheiro de organização Antonio Montecón, que o PSB era influenciado por um “largo sopro de marxismo”, ao que seu companheiro da república vizinha demonstrou satisfação e enviou saudações aos trabalhadores da Bahia. Questionado sobre a cisão comunista em seu partido, Alfredo Spenetto disse que era um dos adeptos da tese de que seu partido deveria se filiar à III Internacional, mas classificou a atitude dos dissidentes de “precipitada e contraproducente”. Reconhecia a importância e a “influência benéfica” da Revolução Russa, mas considerava que o movimento operário internacional não poderia ficar subordinado à tirania “das vinte e uma condições de Moscou, incompatíveis com o regime atual na maior parte dos países da Europa e principalmente inobserváveis na América do Sul”, onde existia uma extremada

“reação burguesa” paralelamente aos esforços de “emancipação e às conquistas que vamos efetuando”.<sup>19</sup>

Até o princípio dos anos 1920, nosso personagem escreveu grande quantidade de artigos para diversos periódicos, principalmente do Rio de Janeiro, mantendo uma colaboração sem grande tensão com outros militantes e correntes de pensamento. Isso mudou em meados dos anos 1920, em relação direta com a conjuntura internacional. Em 1º de maio de 1925, Agripino e Evaristo de Moraes fundaram um novo Partido Socialista, desfrutando de alguma influência sobre o operariado da Bahia e da Capital Federal, até mesmo concorrendo às eleições de 1926 e 1927. Apesar de o PSB usar as páginas de *Vanguarda* para defender um programa socializante e o reconhecimento da União Soviética pelo Brasil, seus líderes sofreram duras críticas de Octavio Brandão e do PCB no jornal *Voz Cosmopolita*, órgão do Centro Cosmopolita, o sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, cafés e bares do Rio de Janeiro.

Já no dia 14 de dezembro de 1925, Agripino Nazareth publicou, na seção “Pelo Mundo Proletário” de *Vanguarda*, um manifesto dirigido aos “trabalhadores da indústria do fumo na Bahia”, por intermédio do militante Rufino José Gonçalves, no qual reivindicava o reconhecimento da coerência de sua trajetória política. Agripino dizia que ainda era o mesmo militante da causa socialista de antes da Revolução Russa, a qual sempre defendeu, e que havia pugnado pelos direitos dos trabalhadores baianos entre 1919 e 1921.<sup>20</sup>

Disputando espaço e influência sobre a classe operária, a Comissão Central Executiva do Partido Comunista do Brasil (PCB) publicou uma nota dirigida aos trabalhadores da Bahia, datada de 15 de dezembro de 1925 e republicada no jornal *Voz Cosmopolita* de 1º de janeiro de 1926, na qual reconhecia “as qualidades pessoais e as boas intenções” de Agripino Nazareth, mas dizia que elas não tinham a “menor importância”, pois o que estava em jogo era uma “questão política, objetiva”. Feitas as ressalvas, os dirigentes do PCB desfecharam duras críticas a Agripino Nazareth, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e ao jornal *Vanguarda*. O PSB foi qualificado de “partido da pequena-burguesia água-chilra” e *Vanguarda* foi taxado de “jornal-rabanete: vermelho no título, branco no texto”, isto é, ligado à burguesia e a MacDonald, o “líder da Segunda Internacional (socialista reformista) e agente do imperialismo”. O longo manifesto finalizava com a tese de que, se Agripino queria servir ao proletariado, deveria seguir outro caminho, pois o PSB, com todas as boas intenções que poderia ter, só o conduziria à traição contra o proletariado.<sup>21</sup>

A réplica de Agripino Nazareth veio por meio da série de artigos intitulados “Bolchevistas de ópera cômica”, publicado em *Vanguarda*. Na edição de 11 de janeiro de 1926, ele declarou que só exercia a advocacia esporadicamente e exclusivamente para os que não podiam pagar, e que seu vínculo com *Vanguarda* era o de um “modesto trabalhador intelectual, assalariado”, ganhando com seu labor profissional “o indispensável para não naufragar na luta pela vida”. Em sua “Resposta ao Partido Comunista do Brasil”, Agripino afirmou que sua condição de jornalista de *Vanguarda*, assim como dos outros órgãos de imprensa nos quais trabalhara, nunca importou em renúncia de suas convicções políticas, opinião que era compartilhada por Astrojildo Pereira quando era anarquista e seu colega na redação de *A Época*. Agripino disse que o fato de *Vanguarda* publicar artigos assinados por pessoas de diferentes condições sociais e orientações político-ideológicas demonstrava o acerto de seu diretor e acionista majoritário, Ozéas Motta, que se orientava pelo liberalismo e pela tolerância, aceitando colaborações de anarquistas, como Fábio Luz, e socialistas, como ele, Agripino. Para nosso personagem, portanto, trabalhar em *Vanguarda* atendia a dois objetivos: o do “ganha-pão honesto” e o da “propaganda” de seus “ideais de socialista”.<sup>22</sup>

Em um segundo artigo, publicado com o mesmo título em *Vanguarda* no dia 18 de janeiro de 1926, Agripino Nazareth respondeu aos seus adversários de modo mais contundente. Segundo sua linha de argumentação, o PCB era um partido de “comunistas de ópera cômica” porque seus dirigentes eram incapazes de produzir uma análise da realidade concreta do Brasil. Os comunistas brasileiros eram desconhecedores das riquezas materiais, da mentalidade de seu povo em geral e do proletariado em particular. Também eram ignorantes no que dizia respeito aos “fenômenos sociais e políticos” e aos “fatores de ordem étnica e moral” que conformavam a realidade brasileira. Essa ignorância derivava de uma postura pouco afeita à adaptação do marxismo trazido da Rússia à realidade objetiva do Brasil, como se vê nesta passagem:

O bolchevista brasileiro não examina: aceita, sem estudar; não raciocina: crê cegamente. O comunismo é a salvação e Lênin o seu profeta. Não é uma filosofia, o que eles professam, mas uma religião, a que servem com um zelo farisaico, prejudicial, não raro, ao credo que pretendem universalizar. Querem aplicar no Brasil os processos moscovitas sem a indagação, ao menos, se os fatos de lá correspondem, exatamente, aos de cá, e se estes guardam, em face do que ocorre nos demais países, as mesmas condições de relatividade. E querem conquistar o

mundo. Lembram, assim, aquele neófito conquistador da ópera vienense, que aplicava nas investidas contra o sexo frágil, não os métodos convenientes ao temperamento, à educação e à idade do objeto cobiçado, mas as prescrições de um manual cujas páginas folheava nos momentos críticos, saindo-se, não raro, com verdadeiros disparates, que inutilizavam, ao invés de facilitar, os planos de assalto à praça assediada.

Nesse segundo artigo, além de defender a tese de que o Brasil ainda não possuía as condições históricas necessárias à deflagração e vitória da revolução social, Agripino rebateu com igual veemência a tentativa dos comunistas de construir uma associação direta entre ele e o PSB e as lideranças e partidos socialistas da Europa que haviam rompido com o princípio do internacionalismo proletário ao votarem favoravelmente à liberação de créditos de guerra para o conflito iniciado em 1914. Em seu testemunho, Agripino declarou que foi, desde o início, contrário ao rompimento da neutralidade brasileira com relação à Primeira Guerra Mundial. Quando o presidente Nilo Peçanha deu sinais de que se alinharia aos aliados contra os impérios centrais, Agripino teria assinado um artigo intitulado “Palavras Serenas” no jornal carioca *A.B.C.*, no qual apontava o caráter imperialista do conflito.<sup>23</sup>

Antes que o segundo artigo de Agripino Nazareth viesse a lume, o PCB já havia dado ao público um novo documento da Comissão Executiva Central, intitulado “O Social-Confusionismo”, com a reafirmação das críticas anteriores ao líder do PSB e à *Vanguarda*. O documento foi datado originalmente de 12 de janeiro de 1926, mas sua publicação no jornal *Voz Cosmopolita* só ocorreu na edição de 19 de janeiro de 1926.<sup>24</sup>

No terceiro artigo da série, publicado na edição de 25 de janeiro de 1926 de *Vanguarda*, Agripino Nazareth deu destaque ao que qualificou de “exasperado fanatismo” dos comunistas brasileiros, incapazes de assimilar críticas de quem quer que fosse. Segundo o socialista baiano, a “imodéstia dos comunistas brasileiros” os tornava incapazes de compreender que, se Lênin vivesse no Brasil naquele momento, apoiaria um partido com as características do Partido Socialista, tão combatido pelo PCB. Agripino refutou a tese de que apenas os comunistas sustentaram o princípio da solidariedade internacionalista dos trabalhadores em face da Primeira Guerra Mundial. Na realidade, na maioria dos países, os partidos comunistas teriam sido fundados pelos egressos dos partidos socialistas. Segundo ele, houve traição por parte de socialistas como Albert Thomas, um “falso legionário do socialismo” que estendeu a “garra

ambiciosa para os trinta dinheiros do ministério francês das munições”. Contudo, houve socialistas como Jean Jaurès, que opôs o “veto do proletariado” à guerra e foi assassinado por um nacionalista francês, desejoso do conflito contra os alemães, no dia 31 de julho de 1914. Com base em sua própria trajetória e no percurso de seu companheiro Adolpho Porto, Agripino Nazareth observou que o Partido Socialista do Brasil havia sido fundado 7 anos depois da guerra, mas os socialistas já haviam feito enfáticas declarações, por meio da imprensa, contra a entrada do Brasil na conflagração.<sup>25</sup>

Os artigos de número 4, 5 e 6 da série “Comunistas de ópera cômica” foram publicados por *Vanguarda* nos dias 1, 8 e 22 de fevereiro de 1926. Neles, Agripino Nazareth reiterou o argumento já presente em textos anteriores, de que a Revolução Russa vivia um momento de isolamento internacional que só era negado pelo PCB, mas que era visível à luz do fracasso da Revolução na Alemanha e na Hungria e das largas concessões políticas e econômicas que o governo revolucionário estava fazendo aos capitalistas no terreno interno e externo. O entendimento que Agripino Nazareth construiu sobre o assunto foi o de que o governo soviético estava sendo obrigado a proceder a um ‘recoo estratégico’, conforme dito pelo próprio PCB. Contudo, indignava-se com o que considerava uma profunda contradição dos comunistas brasileiros, o não reconhecimento do mesmo *status* ao PSB, cujas práticas não eram vistas como derivadas das duras circunstâncias existentes no Brasil, mas como simples traição à causa operária. Dado que o PCB acusou Agripino, inúmeras vezes, de ter se tornado um inimigo da nação surgida sob a liderança de Lênin, o socialista baiano ratificou sua posição de defesa do reconhecimento da União Soviética e de reatamento de relações entre o Brasil e o país dos Sovietes. Segundo ele, essa teria sido sua posição na imprensa e na tribuna desde o primeiro momento, reafirmada nos programas do Partido Socialista Baiano, fundado por ele em 1920, e do Partido Socialista do Brasil, criado com sua participação em 1925.<sup>26</sup>

O PCB deu seguimento à polêmica por meio de um artigo intitulado “O Socialismo Geraldista”, publicado na *Voz Cosmopolita* de 6 de fevereiro de 1926. Nesse texto, os comunistas insistiram na tese de que Agripino Nazareth e o PSB estavam servindo à causa contrária a Lênin, à Revolução Russa e à União Soviética, beneficiando Geraldo Rocha e seu socialismo reformista. O PCB acusou Agripino de personalista e “individualista pequeno-burguês”, incapaz de se adaptar à “disciplina partidária” e de distinguir as questões mais importantes das menores. Essa seria “uma das razões pelas quais ele não compreende o comunismo, onde o indivíduo tem de subordinar-se ao partido”.

Daí sua simpatia pelo “anarquismo, teoria cuja base social é a mesma do socialismo: a pequena-burguesia”. O argumento levantado pelos comunistas era o de que os socialistas não tinham unidade de pensamento, o que os levava a uma falta de unidade de ação. Essa situação era a causa histórica da vitória da burguesia sobre a classe operária, até mesmo no plano internacional, já que, naquele momento, os banqueiros ingleses, em conluio com as forças monarquistas russas, estariam preparando uma intervenção militar contra a Rússia Soviética. A conspiração teria a participação, ainda, da Internacional Sindical Amarela, de Amsterdã, e de toda a Segunda Internacional, que teriam se organizado com os grandes bancos contra a Internacional Comunista, a Internacional Sindical Vermelha e a Rússia dos Soviéticos. Essa grande frente anticomunista internacional teria correspondência no Brasil:

Nacionalmente, há a mesma frente única. Os socialistas Agripino e Evaristo de Moraes, o cooperativista Sarandy Raposo, os anarquistas Fábio Luz, Edgard Leuenroth e Victor Saavedra, o anarco-sindicalista Alfredo Ferreira, o órgão de todos os governos “O Paiz”, o jornal rabanete “Vanguarda”, os amarelos Amaro de Araújo, Soutello e Luiz Oliveira, os fascistas da Legião Cruzeiro do Sul, os pequeno-burgueses do Partido da Mocidade, todos eles de parceria com os fazendeiros de café, realizam uma frente única multicolor contra nós, atacando-nos, caluniando-nos e apontando-nos à reação, como ainda há pouco o fizeram Sarandy, “O Paiz” e Evaristo (no final de um artigo seu no “Correio da Manhã”).

Os comunistas também rechaçaram a tese de Agripino Nazareth sobre a ignorância do PCB acerca da realidade brasileira e sua incapacidade para adaptar o marxismo e o comunismo ao Brasil. Em sua réplica, os comunistas disseram que tais declarações eram infundadas e tomadas de empréstimo a Oliveira Vianna, por eles qualificado como um “sociólogo burguês”. Segundo os comunistas, era Agripino Nazareth que desconhecia a “literatura comunista do Brasil” e não havia produzido nenhum estudo sobre a “realidade brasileira”. Além disso, ratificaram a tese segundo a qual mais cedo ou mais tarde, Agripino Nazareth trilharia o mesmo caminho de traição cometido pelos socialistas europeus, pois seu socialismo era baseado na “colaboração de classes”, tal qual o de seus companheiros do Velho Mundo; na “neutralidade dos sindicatos”, “uma das bases da propaganda dos menchevistas”; no “pacifismo pequeno-burguês”; e na “conciliação entre a admiração de goela pela revolução russa e a colaboração com os inimigos da revolução russa...”. Por fim, os

comunistas tentaram explorar eventuais diferenças existentes entre os socialistas brasileiros, afirmando que a repulsa que Agripino Nazareth tinha do socialista francês Albert Thomas, por ele reputado como traidor e aventureiro, não se justificava, pois Evaristo de Moraes, seu “chefe e mestre”, era o Albert Thomas do Brasil, a quem a burguesia poderia recorrer e de quem receberia o apoio, caso o Brasil entrasse em guerra, arrastando consigo, fatalmente, Agripino e o Partido Socialista.<sup>27</sup>

Em outro longo documento intitulado “0+0+0”, datado de 24 de fevereiro de 1926, mas só publicado na *Voz Cosmopolita* de 1º de março daquele ano, a Comissão Central Executiva do PCB dizia que toda a análise de conjuntura feita por Agripino Nazareth em *Vanguarda* equivalia a zero, dado que ele se baseava no que diziam as agências internacionais na imprensa norte-americana, isto é, nas “fontes mais suspeitas, nas fontes onde está mais concentrada a peçonha burguesa contra a Rússia”. Os comunistas brasileiros puseram em dúvida a idoneidade da grande imprensa dos Estados Unidos, acusada de ser formada por “miseráveis lacaios do imperialismo internacional, vendidos à finança norte-americana”. Por isso eles eram incapazes de dizer a verdade sobre a “grandiosa Revolução Russa”. Da mesma forma que “o jornalista brasileiro é, em 98% dos casos, um capacho dos fazendeiros de café, o jornalista norte-americano é, na quase totalidade dos casos, um sabujo dos Morgan e Rockefeller”.

Essa ponte que os comunistas construíram para desacreditar as fontes internacionais, utilizadas por Agripino Nazareth em suas análises sobre a Revolução Russa, serviu também para estabelecer conexões com a imprensa brasileira. A ideia era associar os socialistas do Brasil a uma campanha orquestrada no plano internacional para disseminar informações falsas e/ou distorcidas sobre a situação da União Soviética e do movimento comunista na Europa. O jornal *Vanguarda* foi classificado como “um instrumento do imperialismo norte-americano no Brasil”, e o ideário professado por Agripino Nazareth foi taxado de “Socialismo a soldo da finança!”.<sup>28</sup>

O sétimo artigo de Agripino Nazareth foi publicado em *Vanguarda* no dia 8 de março de 1926. Recorrendo à ironia, Agripino dirigiu-se a Octavio Brandão como a um sujeito que era poeta “mesmo quando em prosa não ritmada”, quando estava perpetrando a “exegese do marxismo”. Porém, era preciso que “Brandãozinho” não levasse a “licença poética no extremo de concordar com um disparate”. Agripino estava se referindo à qualificação, feita pelo PCB, do regime existente na União Soviética como uma “ditadura do proletariado”.

riado”. Em sua opinião, o que a CCE (Comissão Central Executiva) do PCB defendia com o nome de “ditadura do proletariado” era uma ficção, um regime baseado na “negação da liberdade de pensamento”, na “submissão aos dogmas bolchevistas” e no “aplauso incondicional aos atos governamentais do Soviete”. Essa conduta levaria ao desaparecimento de “toda veleidade de crítica do sistema político-social vigente”, enfim, significaria o retorno à “autocracia tzarista”. Rebatendo a classificação que o PCB fez do PSB, um “saco de gatos” em que cada um professava um socialismo diferente e ninguém se entendia, Agripino Nazareth, mais uma vez, recorreu à tese da incapacidade dos comunistas brasileiros para examinar e propor soluções concretas para os problemas do Brasil:

Quem estuda uma doutrina filosófica ou examina um sistema político, e não lhes acrescenta ou restringe algo, e, quando levado ao terreno da prática das ideias professadas, mostra-se incapaz de sugerir um método próprio de ação, é um eunuco mental. No Brasil, porém, essa classe de gente se adorna com o título de “primeiro e único partido do proletariado” e alimenta a pretensão de organizar a sociedade futura.

Evidentemente, homens que se prezam, embora radicados a uma agremiação partidária, não estão obrigados a uma abdicação da faculdade de pensar livremente. No Partido Socialista do Brasil, todos estamos de acordo quanto aos pontos cardeais da ideologia socialista, e as questões menos importantes, que na mesma ideologia se agitam e a respeito das quais possa haver divergências, não têm força bastante para impedir que nos encontremos sob uma bandeira comum.<sup>29</sup>

No dia 15 de março de 1926, Agripino Nazareth publicou seu oitavo artigo de polêmica com o PCB, no qual foram reafirmados os argumentos acerca do recuo da revolução na Rússia e na Europa, fato que poderia ser observado tendo em vista os efeitos econômicos e políticos da NEP (a Nova Política Econômica), que desfiguravam a imagem da Rússia como país socialista. Ao mesmo tempo, a CCE do Partido Comunista publicou mais um longo texto, intitulado “Contra o caos socialista”, no qual resumiu e reiterou de modo sistemático tudo que já havia dito sobre o PSB, o movimento comunista internacional, os destinos da Revolução Russa. Agripino Nazareth agora era caracterizado, explicitamente, como aliado de Chamberlain, “caricatura de Kautsky”, “inimigo da revolução russa” e “agente do imperialismo internacional”.<sup>30</sup>

“A NEP” foi o título que os comunistas deram ao artigo datado de 25 de fevereiro, mas só publicado na *Voz Cosmopolita* de 1º de abril de 1926. A CCE (Comissão Central Executiva) do PCB explicou que Agripino Nazareth não compreendia o caráter dos dois períodos que a Rússia havia atravessado, limitando-se a reproduzir a campanha anticomunista da imprensa estrangeira. No Comunismo de Guerra, entre 1917 e 1921, todas as forças teriam sido concentradas no “esmagamento da contrarrevolução”, estando o país desorganizado do ponto de vista industrial. Em 1921, com a vitória sobre as forças da reação interna e externa, foi implantada a NEP, com o objetivo de reorganizar economicamente a Rússia, dando-lhe uma base sólida, “um recuo estratégico dentro das regras da dialética marxista-leninista”, para “avançar depois”, e não uma renúncia à construção do socialismo, como defendia Agripino.<sup>31</sup>

O nono artigo de Agripino Nazareth referente à polêmica com o PCB foi publicado em 22 de março de 1926, e se destinava a refutar o que considerava uma equivocada interpretação que os comunistas haviam dado ao fato de o PSB não ser exclusivamente operário. Para o socialista baiano, a existência de indivíduos não proletários no interior do Partido Socialista do Brasil, por si só, não significava incompatibilidade com seus objetivos de superação da sociedade capitalista. Agripino asseverava que nenhum integrante do PSB tinha uma posição de classe “incompatível com a ideia de emancipação do proletariado”. Quanto à presença de advogados, jornalistas, médicos, engenheiros e comerciantes nas fileiras do PSB, Agripino observou que, ao lado daqueles profissionais, podiam ser encontrados muitos operários, e que no PCB também existiam muitos elementos da “pequena-burguesia” “orientando, dirigindo e comandando”.<sup>32</sup>

A décima e última parte da série intitulada “Bolchevistas de ópera cômica” surgiu em *Vanguarda* no dia 5 de abril de 1926. Agripino Nazareth iniciou o artigo sustentando que em 5 anos de existência, o PCB não havia conseguido convencer a classe operária da justiça de suas posições, não fazendo nada mais que semear o dissenso, a intriga e o divisionismo no movimento operário, enfraquecendo as associações dos trabalhadores diante da burguesia. O “próprio balanço de forças do último aniversário do PCB”, quando se teria constatado a existência de “pouco mais de meio milheiro de aderentes”, era uma “confissão de fraqueza”.

Agripino disse ainda que a pouca penetração do PCB nos meios operários não poderia ser explicada e justificada tendo por base a repressão governamental que os comunistas sofriam, pois os socialistas também foram vítimas, des-

de o início da República, das mesmas adversidades. Lembrou que em janeiro de 1921, quando era candidato a deputado federal pelo PSB, fora arbitrariamente preso, mantido incomunicável por 2 dias e expulso da Bahia. Além disso, Agripino teria sido preso outras duas vezes em julho de 1922 e julho de 1924, na companhia daqueles que, naquele momento, o atacavam pela imprensa em nome do PCB. Por fim, o socialista baiano citou os casos de perseguição sofrida por membros do Partido Socialistas do Brasil. Um deles teria sido Luiz Palmeira, segundo secretário do PSB, que ficou “largo tempo recolhido à Detenção”. O outro foi Francisco Alexandre, seu secretário geral, que, “ao regressar de uma viagem de propaganda a São Paulo, foi privado de sua liberdade durante dezoito dias”. Muitos “documentos de alta importância para a vida do partido” foram apreendidos e nunca devolvidos. Em resumo, Agripino argumentou que ambas as organizações – o PCB e o PSB – e os militantes dos dois partidos, independentemente da origem de classe, condição social ou credo, estavam sendo vitimados pelo “estado de sítio” e suas “medidas de segurança pública”.<sup>33</sup>

As polêmicas ideológicas e disputas políticas envolvendo, de um lado, Agripino Nazareth e o PSB, e, de outro, Octávio Brandão e o PCB se estenderam por anos. Quando entrevistado, em 1977, o antigo militante comunista demonstrou que havia cristalizado uma memória profundamente negativa sobre a atuação de nosso personagem nos anos 1920. Brandão chegou a publicar um livro de memórias, em 1978, no qual reproduziu todos os adjetivos usados contra os socialistas entre 1925 e 1927.<sup>34</sup>

## ADVERSÁRIOS NO FLANCO DIREITO

Em meados dos anos 1920, Agripino Nazareth polemizou não apenas com os comunistas, mas também com outras correntes e lideranças. Em novembro de 1925, por exemplo, usou as páginas de *Vanguarda*, do qual era um dos redatores, para criticar Nino Bergna e as articulações que levaram à fundação da Federação Latino-Americana do Trabalho (FLAT). Segundo Agripino, toda a confusão teria começado por ocasião do Segundo Congresso Internacional de Mutualidade e Previdência Social, realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1923, quando a delegação do Chile teria feito uma proposição de criação do organismo. Durante o conclave, do qual tomara parte na qualidade de “delegado de várias associações proletárias da Bahia”, Agripino já teria se contra-

posto à ideia de fundação de uma Federação Nacional do Trabalho (FNT). Em sua opinião, a matéria deveria ser objeto de deliberação exclusiva das classes trabalhadoras do Brasil, e não “decisão conjunta de elementos patronais, do governo e do proletariado”. Tendo sido vitorioso em sua posição de que o Congresso deveria se abster de deliberar sobre a FNT em 1923, Agripino demonstrou surpresa ao ler um comunicado de Nino Bergna sobre a criação da FLAT em 1925, supostamente seguindo deliberação do evento de 1923. Agripino Nazareth fez declarações enfáticas de que o internacionalismo proletário era um princípio positivo contra os ataques da burguesia aos trabalhadores, e que estes deveriam se unir para defender seus direitos e reivindicações, independentemente de suas divergências ideológicas. Contudo, a criação da FLAT obedecia a outros imperativos. De acordo com nosso personagem, o objetivo da entidade era promover o “fracionamento do proletariado mundial” e o “combate às chamadas correntes extremistas do operariado”. Agripino foi ainda mais longe e disse que a FLAT era uma “guarda amarela” destinada a “fazer o jogo do mussolinismo e do riverismo contra as correntes avançadas do proletariado”.

De fato, a partir de 1928 Nino Bergna passou do mutualismo à propaganda do fascismo e do feroz anticomunismo, conforme Agripino já havia denunciado em 1925. Nas entrevistas que concedeu ao jornal *A Noite*, Bergna foi apresentado como “um forte organizador e um adversário natural do bolchevismo”, um cidadão italiano radicado na América do Sul que se encontrava em uma campanha de 10 anos pela Europa e América contra a “expansão do credo vermelho”. O contra-ataque foi feito na coluna “A Manhã Proletária”, do jornal *A Manhã*. Um articulista que assinou com as iniciais I. R. fez largo uso da ironia e chamou Nino Bergna de “caixeiro viajante do fascismo” e mensageiro de Mussolini, cujo governo espancava e torturava os operários das cidades e obrigava os trabalhadores rurais, por meio da intimidação e da violência, a aceitar a redução de seus salários em meio a uma economia arruinada.<sup>35</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1º de janeiro de 1931, Agripino Nazareth ingressou no governo de Getúlio Vargas, integrando-se ao recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), a convite de Lindolfo Collor, primeiro titular da pasta. Iniciou sua carreira como Consultor Técnico do Departamento Nacio-

nal do Trabalho (DNT) e se aposentou como Procurador do Trabalho. Seu apoio à Revolução de 1930, contudo, não constituiu uma excepcionalidade. Vários reformadores sociais da Primeira República, com origens de classe e etnia diferentes, vindos de mundos culturalmente diversos, fizeram o mesmo, ainda que alguns tenham se desiludido com o novo governo muito cedo. Entre eles estavam os advogados Evaristo de Moraes (1871-1939), Joaquim Pimenta (1886-1963), Maurício de Lacerda (1888-1959) e Deodato Maia, o literato e jornalista Carlos Cavaco (1878-1961) e o litógrafo pardo Francisco Xavier da Costa (187?-1934).<sup>36</sup> A análise das razões históricas para essa adesão, aparentemente contraditória com o passado militante desses indivíduos, contudo, não pode ser feita aqui.

## NOTAS

<sup>1</sup> Arquivo da Faculdade de Direito da USP. *Prontuário n. 5266*. Registro de Diploma e Histórico de Agripino Nazareth; *A Província*, Recife, 31 maio 1905, p.1; *A Província*, Recife, 1º jun. 1905, p.1; 30 ago. 1905, p.1; 16 maio 1906, p.1; *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p.3 e 5; NASCIMENTO, Luiz do. *História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, v.II. Recife: Imprensa Universitária – UFPE, 1966. p.174-236.

<sup>2</sup> *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 28 out. 1894, seção 1, p.5; 13 mar. 1903, seção 1, p.1; 11 maio 1906, seção 1, p.4; 2 jul. 1909, seção 1, p.7; 12 ago. 1911, Seção 1, p.15; 23 mar. 1928, seção 1, p.49, e 16 fev. 1939, seção 1, p.75; *A Província*, Recife, 4 fev. 1902, p.1; 2 fev. 1906, p.2; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1921, p.2; *A Época*, Rio de Janeiro, 2 jan. 1915, p.1-2; 3 jan. 1915, p.2; 9 abr. 1915, p.2; 11 abr. 1915, p.2; 12 abr. 1915, p.1; 16 abr. 1915, p.1; 17 abr. 1915, p.2.

<sup>3</sup> *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p.3 e 5.

<sup>4</sup> *A Época*, Rio de Janeiro, 16 out. 1912, p.1-2; 25 jan. 1913, p.2; 24 fev. 1914, p.1-2; 1º mar. 1914, p.6-7; 3 mar. 1914, p.1-3; 4 mar. 1914, p.1; 3 abr. 1914, p.1; 10 maio 1914, p.7; 20 out. 1914, p.3; 1º abr. 1915, p.2; 11 abr. 1915, p.4; 4 jun. 1915, p.5; 24 jun. 1915, p.2; 17 ago. 1915, p.3.

<sup>5</sup> BATALHA, Claudio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. p.32-33. Sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, cf. NASCIMENTO, Álvaro Pereira. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2008.

<sup>6</sup> *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1916, p.5; 23 nov. 1924, p.6; NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: contribuição para a história da revolta em São Paulo*. 3.ed. São Paulo: CMG,

1924. p.9-17. Esse autor era, por ocasião dos fatos narrados, general de divisão, tendo sido o presidente do inquérito militar contra os sargentos.

<sup>7</sup> DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. p.63.

<sup>8</sup> ADDOR, Carlos A. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

<sup>9</sup> A coleção do A.B.C. (1916-1934) foi consultada no Cedem/Unesp. Os artigos de Agripino estão nas edições de 30 nov. 1918, p.2; 7 dez. 1918, p.3; 14 dez. 1918, p.6; 28 dez. 1918, p.3; 4 jan. 1919, p.2; 11 jan. 1919, p.3; 18 jan. 1919, p.2; 23 jan. 1919, p.3; 1º fev. 1919, p.2-3; 8 fev. 1919, p.1-2.

<sup>10</sup> *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 jun. 1919, p.3 e 5; A.B.C., Rio de Janeiro, 30 nov. 1918, p.2, e 18 jan. 1919, p.2.

<sup>11</sup> *Jornal de Notícias*, Salvador, 13 jun. 1919, p.3.

<sup>12</sup> Sobre a atuação de Agripino Nazareth na Bahia entre 1919 e 1921, cf. CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: Fieb, 2004; \_\_\_\_\_. Flutuações econômicas, crise política e greve geral na Bahia da Primeira República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.25, n.50, p.131-166, 2005.

<sup>13</sup> Para a distinção entre o sindicalismo revolucionário e o sindicalismo reformista, cf. BATALHA, Cláudio H. M. Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: Vértice; Anpocs, p.17-27, 1990; TOLEDO, Edilene T. *Travessias revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2004.

<sup>14</sup> As coleções de *Germinal* e *A Voz do Trabalhador* foram originalmente consultadas no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), mas elas podem ser pesquisadas também no Cedem/Unesp.

<sup>15</sup> *A Tarde*, Salvador, 24 e 27 ago. 1920, p.3.

<sup>16</sup> *A Manhã*, Salvador, 27 jan. 1921, p.1; *A Província*, Recife, 28 jan. 1921, p.1; *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1926, p.1; *A Manhã*, Salvador, 28 e 29 jan. 1921, p.1; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 30 jan. 1921, p.8; *Diário de Notícias*, Salvador, 28 jan. 1921, p.1-2; 29 jan. 1921, p.1; 2 fev. 1921, p.1; *A Voz do Trabalhador*, Salvador, ano I, n.18, 5 fev. 1921, p.3.

<sup>17</sup> HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. O grupo Clarté no Brasil: da Revolução nos espíritos ao Ministério do Trabalho. In: PRADO, Antonio Arnoni (Org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas, cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.251-287.

<sup>18</sup> A.B.C., Rio de Janeiro, 2 abr. 1921, p.2; *Hoje*, Rio de Janeiro, 15 set. 1921, p.15-16.

<sup>19</sup> *Rio-Jornal*, Rio de Janeiro, 14 set. 1921, p.1; *Hoje*, Rio de Janeiro, 6 out. 1921, p.15-16.

*Rio-Jornal*, Rio de Janeiro, 14 set. 1921, p.1.

<sup>20</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 14 dez. 1925, p.5.

<sup>21</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1º jan. 1926, p.1-2.

- <sup>22</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1926, p.5.
- <sup>23</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1926, p.3.
- <sup>24</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1926, p.2-3.
- <sup>25</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1926, p.1.
- <sup>26</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 1º fev. 1926, p.1; *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 8 fev. 1926, p.1; *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 22 fev. 1926, p.1.
- <sup>27</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 6 fev. 1926, p.9-10.
- <sup>28</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1º mar. 1926, p.3.
- <sup>29</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1926, p.1.
- <sup>30</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 15 mar. 1926, p.1-3.
- <sup>31</sup> *Voz Cosmopolita*, Rio de Janeiro, 1º abr. 1926, p.3.
- <sup>32</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1926, p.1.
- <sup>33</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1926, p.1.
- <sup>34</sup> REGO, Otávio Brandão. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 139p. dat. As referências à polêmica com Agripino Nazareth e o PSB estão nas páginas 81-89; BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. p.319, 324-329.
- <sup>35</sup> *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 2 nov. 1925, p.5; *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 jul. 1923, p.2; *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 fev. 1922, p.1; 17 jul. 1923, p.3; 24 jul. 1923, p.1; 8 mar. 1928, p.1; 21 mar. 1928, p.1; *A Manhã*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1928, p.4; 17 jul. 1928, p.1 e 7.
- <sup>36</sup> Para a reconstituição das trajetórias de alguns desses personagens, cf. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, Tribuna da República*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2007; SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.